

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

O MITO DO ATRASO DAS ELITES PAMPEANAS GAÚCHAS

Edu Silvestre de Albuquerque

Idaleto Malvezzi Aued

Boletim Gaúcho de Geografia, 32: 93-112, dez., 2007.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37450/24198>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 2007

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

O MITO DO ATRASO DAS ELITES PAMPEANAS GAÚCHAS¹

Edu Silvestre de Albuquerque²

Idaleto Malvezzi Aued³

Resumo

A idéia do atraso ou arcaísmo das elites pampeanas gaúchas, sustentadas na relação latifúndio - pecuária extensiva, aparece disseminada em trabalhos acadêmicos, na literatura e na mídia, influenciando o próprio curso das políticas de desenvolvimento regional. Contudo, defendemos a tese da modernidade dessas elites desde a politização do desenvolvimento regional, traduzida em distintas formas de barganha junto aos diversos níveis político-administrativos. A metodologia enfatiza a materialidade (capital financeiro) como condicionante da evolução da sociedade pampeana, presente na precoce inserção no mercado mundial e nas constantes modernizações do processo produtivo regional.

Palavras-chave: geografia regional - história regional - regionalismo - modernização - políticas públicas.

THE MYTH OF THE BACKWARDNESS OF THE GAUCHO PAMPA ELITES

Abstract

There is a widespread myth in academic works, in the literature and in the media depicting the elites of the Gaucho Pampa as delayed or archaic. This idea is supported by the relation between large properties and extensive cattle creation and has been influential in the course of regional development politics. This paper argues that these elites are modern, as shows the politization of regional development, translated in several forms of bargain in various political-administrative levels. The methodology emphasizes the materiality (financial system) as conditioning the evolution of the Pampa society, present in the early insertion in the world-wide market and in the regular modernization of the regional productive process.

Key Words: regional geography - regional history - regionalism - modernization - public policies.

1 Este artigo é parte da tese de doutoramento *Os donos da terra e do crédito público nos campos meridionais brasileiros (o uso dos fundos públicos do BRDE pelas elites campeiras do pampa gaúcho e dos campos gerais paranaenses)*, defendida em fevereiro de 2007 na UFSC. Registra-se a concessão de bolsa pelo PICDT-CAPES durante o quarto ano do doutoramento.

2 Pesquisador, geógrafo, Dr em Geografia. Prof. do Depto de Geociências da UEPG. E-mail: silvestre@uepg.br

3 Orientador. Economista e Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: idaleto@cse.ufsc.br

Introdução

É idéia corrente no meio político, na imprensa e na produção acadêmica que as chamadas “oligarquias rurais” simbolizam o atraso econômico e social brasileiro. Os atuais grandes proprietários de terras representariam a face mais visível desse atraso devido a uma suposta “linha temporal” estendida a partir dos antigos senhores de terras e escravos. Esse mito continua forte apesar da demonstração de que a expansão das relações mercantis já no Brasil Colonial ocorreu através de grandes empreendimentos agrícolas que, se efetivamente não adotaram o assalariamento (até pela então escassez de homens livres), puderam transformar os próprios homens em mercadorias produtoras de mais valor (FIGUEIRA & MENDES, 1977).

O mito do atraso se reforça quando ocorrem apropriações apressadas de conceitos elaborados para contextos muito específicos, caso da aplicação da noção de patrimonialismo cunhada pelas ciências sociais para destacar a influência do pólo privado na formação e evolução de um poder político-administrativo nacional extremamente hierarquizado e centralizado (FAORO, 1958; CARDOSO, 1977). De fato, esse sistema político atendeu perfeitamente aos interesses particularistas de nossas elites rurais regionais (AREND & CARIO, 2005). Mas antes do caráter patrimonialista de nossa formação política representar uma forma atrasada, equivalia justamente a uma forma moderna de inclusão das elites regionais nos “interesses de Estado”, até porque no plano econômico já estavam inteiramente inseridas na produção de mercadorias para o mercado mundial e articuladas ao capital a juros no financiamento dessas atividades produtivas (PRADO JUNIOR, 1945; FURTADO, 1959).

No presente artigo, nos interessa essa desmistificação à escala das regiões campeiras meridionais, em especial no pampa gaúcho, quando, mesmo em documentos oficiais do governo estadual (PROJETO RS 2010), a culpa pela “crise local” é atribuída ao comportamento “atrasado” de suas elites latifundiárias pecuaristas⁴. Esse questionamento torna-se necessário no momento em que se aceita como “evidências” argumentos que em nosso entender merecem um olhar mais detalhado, tais como: o consumo perdulário ou “aristocrático” das elites campeiras gaúchas, a baixa capitalização de suas atividades econômicas (especialmente a pecuária) e a antimodernidade de suas bandeiras políticas (regionalismos).

Convidamos ao leitor a lançar um olhar para além do visível, justamente porque o que hoje é visto como sintoma do atraso do pampa

⁴Segundo T. Bottomore (2006) o conceito de elite pode ser empregado para várias situações, mas mais usualmente é aplicado para definir aqueles grupos superiores ou dominantes na sociedade, seja econômica e/ou politicamente. Em Antônio Gramsci o conceito de elite reporta para os de classe dirigente e bloco hegemônico de poder, ou seja, aqueles grupos sociais que assumem a direção política em um dado momento histórico (GRUPPI, 1978).

gaúcho - a dominância na paisagem de formas tradicionais de criação de gado (pecuária extensiva e pastagens “naturais”) -, no auge do “complexo pecuarista” equivalia às formas mais “luminosas” (SANTOS, 1994) no processo de geração de riqueza do Rio Grande do Sul.

Lugares atrasados ou desvalorizados?

O pampa gaúcho assim como a maior parte das regiões que formam o vasto Pampa Sul-Americano (incluindo áreas do Sul do Brasil, da Argentina e do Uruguai) passam por um histórico e dramático processo de desvalorização sócio territorial, que pode ser desdobrado em várias dimensões no âmbito local⁵:

- *desvalorização social*: elevadas taxas de miséria urbana e rural no pampa gaúcho determinadas pelo excedente de trabalhadores em face das reduzidas necessidades locais do processo produtivo;

- *desvalorização produtiva*: resultado do fechamento de indústrias que realizaram sua potencialidade histórica de valorização, do elevado grau de ociosidade do capital fixo principalmente em indústrias tradicionais, e da perda de valor relativo dos produtos comercializados, todos efeitos localizados da concorrência inter-capitalista;

- *desvalorização ecológica*: extensa lista de problemas sócioambientais regionais, tais como a chamada “desertificação” ou mais corretamente “processo de avanço da arenização” (SUERTEGARAY, 1998) que transformou em solos estéreis quase um quarto da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (Zero Hora, 02.06.1999); ou as freqüentes inundações das áreas de várzea do pampa gaúcho que causam prejuízos econômicos e sociais (os flagelados são produto tanto das ocupações irregulares da planície de inundação do rio Uruguai quanto do uso agrícola intensivo do solo ao longo de sua bacia hidrográfica, que intensificam os processos de erosão e assoreamento);

- *desvalorização política*: perda de representatividade política dos municípios da “metade sul” gaúcha⁶ causada especialmente pelo êxodo rural,

5A diferenciação entre áreas de mata e áreas de campo no Brasil Meridional ganha notoriedade com o estudo pioneiro de L. Waibel (1979) onde busca a natureza de determinados padrões fundiários e étnicos. Desde então, diversos trabalhos passaram a observar a correlação entre áreas de campo e grande propriedade, e áreas de mata e pequena propriedade, ainda que muitas vezes resvalando por perigosas determinações causais. De qualquer forma, no geral, a paisagem sustentada no binômio pecuária extensiva - latifúndio impôs-se onde havia pastagens naturais abundantes, dominando a vasta região do Pampa Sul-Americano, e que nos limites brasileiros se estendem pelo Rio Grande do Sul (o Pampa e os Campos de Cima da Serra), Paraná (os Campos de Guarapuava e os Campos Gerais do Paraná), Santa Catarina (os Campos de Lages e de Curitibaanos), e São Paulo (os Campos de Itapetininga).

6A “metade sul” gaúcha, grosso modo, corresponde à parte do estado ao sul da BR-290 e que inclui o pampa, as missões e o litoral sul gaúchos. Interessante que essa regionalização tenha sido criada no governo de Antônio Britto (1995-98) com a idéia de superar a visão dicotômica entre norte “rico” e sul “pobre” ao inserir uma terceira região: o Nordeste gaúcho industrializado (eixo Caxias do Sul-Porto Alegre e entorno).

cuja participação no total da população gaúcha decresceu de 53,8% em 1890 para 31,13% em 2000.

Corretamente, esses processos de desvalorização sócio territorial foram interpretados na sociedade gaúcha como sintomáticos da atual "crise da economia pampeana". Os problemas começam pela formulação de juízos de valor, como a ilação da causa dessas desvalorizações estarem situadas no suposto abandono do pampa gaúcho pelo mercado e pelo Estado. Paradoxalmente, essa visão acaba corroborando a pauta de reivindicações das atuais elites pampeanas, ansiosas em "justificar" novos investimentos produtivos na região, seja do setor privado ou público.

Assim, o correto diagnóstico do quadro sócio econômico regional pampeano exige que se dispam os elementos ideológicos que cercam algumas das atuais propostas de retomada do desenvolvimento regional que apenas encerram o potencial de reproduzirem a sociedade regional em suas desigualdades. É nesse sentido que se deve prestar especial atenção para as políticas públicas, mesmo porque a própria definição de esfera pública se pretende situar acima dos interesses particularistas para a afirmação do bem comum:

(...) o exame dos conteúdos ideológicos e práticos da política econômica governamental pode esclarecer a maneira pela qual se organizaram, funcionam e transformam as relações de dominação (política) e apropriação (econômica) na sociedade brasileira (IANNI, 1977, p. 4).

Ao lado da sociologia, a ciência geográfica (SMITH, 1988; LIPIETZ, 1988) e a economia (ABLAS, 1985; CANO, 1985) também contribuíram para a compreensão das diversas "engrenagens" dos mecanismos de reprodução das sociedades regionais brasileiras. Mas, no geral, toda essa tradição acadêmica nos estudos regionais tem privilegiado estudos de caso centrados na escala macrorregional ou estadual, mais freqüentemente sobre o Nordeste: com destaque para a utilização ideológica e política do fenômeno periódico da seca pelas elites regionais (CASTRO, 1992; MORAES, 2002-2003) e também da inserção regional dependente na economia nacional (ANDRADE, 1988; OLIVEIRA, 1981); Amazônia: com enfoque ecológico e geopolítico a partir da atuação predatória de grandes grupos econômicos (BECKER, 1990; OLIVEIRA, 1991); e Rio Grande do Sul: enfatizando a construção de uma identidade cultural e política de base latifundiária (HAESBAERT, 1988; GOLIN, 1983) e sua mobilização ideológica como forma de barganha política junto ao poder central (LOVE, 1977; OLIVEN, 1988).

Em estudos mais recentes (SANTOS, 1996; ARROYO, 2003; AUED, 2002) foi destacado inclusive a real dimensão do fenômeno regional num mundo em que as novas e fugazes solidariedades territoriais produtivas confundem

(articulam) fronteiras e escalas, sob o comando de uma capital financeiro (capital a juros) altamente centralizado. Nesse sentido, parece:

(...) inadequada a referencia reiterada à escala macrorregional como escala espacial predominante nos processos econômicos, sociais e políticos, dadas as transformações no padrão de crescimento da economia brasileira e frente ao processo de globalização, que redefine as formas de inserção das economias locais e regionais no mercado internacional, trazendo maior heterogeneidade interna às regiões e rompendo com especificidades intrínseca (LAVINAS & MAGINA, 1995, p. 31).

Efetivamente, os estudos regionais e o próprio planejamento regional têm negligenciado aquelas escalas mais próximas do lugar. A economista Áurea C. Breitbach (2004) constata essa necessidade de estudos mais aprofundados a partir de abordagens microrregionais, e no que parece ser corroborada por Guimarães Neto (1997, p. 84):

Diante das mudanças que ocorreram e das quais resultou uma grande diferenciação das sub-regiões no interior das grandes regiões brasileiras, as políticas de desenvolvimento devem adequar-se a cada sub-região, atendendo às suas exigências próprias; ora enfatizando a maior disponibilidade de infraestrutura, ora a inovação tecnológica e a sua difusão em segmentos específicos, ora a formação, capacitação e treinamento da força de trabalho, ora a reestruturação produtiva de sub-regiões críticas.

O rastreamento do processo de formação de valor destaca o desenvolvimento universal e mundial das forças produtivas como principal processo de organização e inserção dos campos sul-americanos na economia-mundo, argumento válido inclusive para a formação do território pampeano sul-rio-grandense ainda na fase de implantação da propriedade privada durante o século XVIII (exportações de couro ou funções subsidiárias para as atividades de exportação de riquezas minerais a partir das “Minas Gerais”). Nesse cenário, a permanência de formas de produção tradicionais - como a criação de gado na forma extensiva e com técnicas mais rudimentares - pôde perdurar temporalmente justamente por garantir a realização de mais valor ao realizar mercadorias para o mercado interno ou externo. Evidente que esses traços de continuidade no pampa gaúcho foram possíveis pela possibilidade de fusão entre público e privado através do chamado “Estado patrimonialista”, mas que jamais poderia representar um atraso das elites pampeanas e de nosso sistema político porque indicativa apenas de uma forma específica da promiscuidade universal entre estas duas esferas no processo de reprodução social capitalista por todo o mundo.

Os mecanismos do consórcio privado-público nas regiões campeiras

A constante retomada do discurso das elites campeiras gaúchas quanto ao abandono do Estado não passaria, portanto, de mera ideologia. A Tabela 1

demonstra justamente que, para o conjunto da Região Sul, a participação dos agentes financeiros públicos em relação aos agentes privados é extremamente significativa na atualidade.

	RS		PR		SP	
	Valor (milhões de reais)	% do total nacional	Valor (milhões de reais)	% do total nacional	Valor (milhões de reais)	% do total nacional
Banco do Brasil	3.936	6,3	4.129	6,6	8.445	13,5
Caixa Econômica Federal	6.578	8,8	4.357	5,8	15.113	20,2
Privado	5.859	3,0	9.024	4,6	147.092	75,2
Total SFN	18.319	5,3	17.561	5,0	173.956	50

Quadro 1: Distribuição operações de crédito entre UFs selecionadas - 2000.

Fonte: Banco Central apud CORAZZA, 2001.

Dessa forma, se desfaz o suposto antagonismo na idéia de que o sistema financeiro aproxima as diversas regiões e atividades econômicas em termos de taxa média de lucro ao mesmo tempo em que aprofunda o processo de diferenciação entre as regiões de um mesmo país (AMADO, 1999). Assim que para Corazza (2001, p. 23), as elites regionais das macrorregiões “periféricas” parecem mais dependentes do crédito público para ativar a produção e apropriar-se privadamente da renda regional:

Em conclusão, pode-se dizer que, enquanto os bancos privados, através de seus depósitos e operações de crédito, reforçam a concentração [geográfica] da atividade econômica, através da concentração dos recursos financeiros, os bancos públicos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal atuam no sentido contrário, redistribuindo melhor seus recursos financeiros entre os Estados da Federação considerados na análise.

Mas, mesmo os fundos públicos dependem em algum momento de sua adequação ao processo de produção de mais-valia em escala global, espécie de pressuposto à manipulação da realidade econômica e social pelas políticas públicas e elites regionais. Caso assim não o fosse, as elites e o Estado estariam “dando um tiro no próprio pé”!

Contudo, ainda não é aí que reside o aspecto propriamente ideológico do discurso desenvolvimentista das elites regionais. A ideologia está precisamente no fato de que, devido à competição intercapitalista, o sistema financeiro público-privado é constrangido a orientar quantias sempre crescentes de recursos mesmo, que apenas para manter as taxas de lucro de atividades tradicionais em seus patamares históricos. Mais que isto, diante dessa insofismável necessidade de ampliar ou manter as taxas de lucro, a geração de postos de trabalho e a melhoria dos indicadores sociais não passam

de meras externalidades ou causalidades desse processo de formação de valor acrescido.

Desta forma, a crença da sociedade regional no “desenvolvimento econômico” e na “melhora da renda”, quando confrontada com o mundo real, se transmuta na desilusão da ampliação da apropriação diferenciada da renda regional (AUED, 2002). Aí reside também o fracasso das políticas públicas de desenvolvimento regional, logrando tão-somente minimizar a inexorável tendência de produção ampliada da decomposição (relativa) da estrutura social regional.

Em outras palavras, a reivindicação por maiores inversões de capital no pampa gaúcho em condições de propriedade privada representa apenas a semente de uma desvalorização sócioterritorial ainda mais profunda em futuro breve. Assim demonstra o processo histórico ainda nos períodos colonial e imperial, com a distribuição de terras e o monopólio provincial para o comércio de muares, gerando riqueza concentrada de um lado e miséria amplamente distribuída de outro. Divisão social regional que se amplia depois com a obtenção de créditos públicos e privados e a garantia do governo estadual da redução dos custos de transporte já no início da fase republicana (Governo de Borges de Medeiros).

Mesmo as atuais instituições de fomento ao desenvolvimento regional nasceram exatamente a mais de meio século. No início da década de 1960, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina fundam o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), objetivando a transferência de fundos públicos federais. Entre 1962 e 2000, o banco sulista respondeu por 15.491 milhões de dólares contratados na Região Sul (Relatório de Administração do BRDE, 2000). E, nos últimos anos, a ampliação dos repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) permitiu ao BRDE alcançar novos patamares: foram contratados R\$ 284 milhões em 2001, R\$ 415 milhões em 2002, R\$ 438 milhões em 2003, R\$ 647 milhões em 2004, até atingir e superar a marca histórica de R\$ 1 bilhão em 2005 e 2006 (Relatórios de Administração do BRDE 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006).

A “metade sul” gaúcha contou também com estatuto especial, ainda que de modo efêmero, por parte do governo federal durante o Segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso (a região fora objeto de estudo de FHC quando ainda acadêmico). O Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do Rio Grande do Sul (Reconversul) entrou em operação em 1996, com repasses do BNDES ao Banrisul e agências locais do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Em sua primeira etapa, foram aplicados R\$ 277 milhões, especialmente para as atividades de orizicultura, pecuária de corte/frigoríficos, ovinocultura, conservas, fruticultura de clima temperado (cítricos e videiras), pesca, suinocultura (associada às culturas de

arroz e milho), olericultura, laticínios, desenvolvimento florestal e infraestrutura, mas cujos efeitos na geração de empregos foram de 13.000 postos indiretos e apenas 3.000 diretos: uma gota d'água em face aos índices de desemprego da região⁷.

O governo gaúcho na gestão do peemedebista Antônio Britto (1995-98) decidiu criar uma secretaria especial para a “metade sul”, destacando a necessidade de reconversão geral da atividade econômica regional (citando beneficiamento do granito, fruticultura, expansão da vinicultura) e de modernização das existentes (Balanço Anual de 1999. Gazeta Mercantil). No governo do petista Olívio Dutra (1999-2002), a secretaria é substituída pelo Gabinete da Metade Sul, e passa-se a criticar a insuficiência de recursos e de incentivos fiscais por parte do governo federal (leia-se Reconvertul), sendo que a nova prioridade é o assentamento de cerca de 8 mil famílias de sem-terra na “metade sul” do estado (Zero Hora. 5.09.1999). No retorno do PMDB ao governo estadual, o governador Germano Rigotto cria em 2003 a Agência de Fomento da Fronteira Oeste, voltando a fazer promessas de investimentos nos frigoríficos.

Mais importante foi a criação de um novo sistema de incentivos fiscais por parte do governo gaúcho apoiado pelas entidades empresariais: Lei Estadual n° 8.575 de 1988 que institui o “Fundo Operação Empresa” (Fundopem), alterada pela Lei Estadual n° 11.028 de 1997. Para Álvaro Heidrich (2000), esse é o momento de tomada de consciência no interior do próprio Estado gaúcho quanto à necessidade de transição da matriz agropecuária para a de industrialização dinâmica, num contexto de ferrenha “guerra fiscal” entre as Unidades Federativas. Dos US\$ 5,240 bilhões em investimentos privados atraídos pelos programas estaduais de incentivo fiscal até março de 1998 cerca de US\$ 246 milhões ou 4,69% foram destinados à “metade sul” gaúcha e onde responderam por 7,73% dos empregos gerados, ainda assim valor próximo ao investido pelo extinto Programa Reconvertul.

Desmontando o mito da descapitalização da elite pampeana

Parece consensual no meio acadêmico a tese de que nos campos sulistas a histórica concentração da estrutura fundiária limitou severamente a formação de um mercado de consumo de massas, apenas pontualmente constituído em áreas de campos do planalto médio gaúcho e dos Campos

7No Primeiro Governo de Luís Inácio “Lula” da Silva, o Reconvertul foi encerrado sob alegação da necessidade de uma profunda reengenharia nas instituições de planejamento regional no âmbito do recém-criado Ministério da Integração Nacional (MIN). Para a Região Sul, a nova organização institucional do MIN inclui apenas um Departamento de Programas das Regiões Sul e Sudeste, cujas atribuições são “implantar, acompanhar e auxiliar as ações de desenvolvimento social na faixa de fronteira, no âmbito da Região Sul”. Na prática, as ações federais diretas na “metade sul” gaúcha (excluído o Sistema BNDES-BRDE) ficaram reduzidas a alguns poucos projetos pilotos, desenvolvidos de forma isolada e com montantes irrisórios de recursos, especialmente na área de florestamento. Disponível em <<http://integracao.gov.br>>. Acessado em 05.10.2005.

Gerais do Paraná. O problema surge quando essa afirmação é considerada suficiente para explicar a industrialização extremamente seletiva do pampa gaúcho, argumento que aparece nos próprios estudos oficialmente encomendados pelo governo gaúcho sobre a “metade sul” do estado:

O Sul [metade sul gaúcha], com sua concentração de renda e com uma população mais dispersa, contava com um mercado menos propício para sustentar a continuidade de uma industrialização baseada na produção de bens de pouca sofisticação, com empreendimentos voltados essencialmente para mercados locais. As poucas empresas desse tipo que haviam surgido em algumas cidades do Sul tiveram, em regra, dificuldade para expandir suas escalas de produção, vindo posteriormente a sucumbir, quando com a melhora das redes de transportes e comunicações, desapareceram as barreiras que os protegiam da concorrência de produtores de outras áreas (PROJETO RS 2010, 1997, p. 9).

Ainda conforme o referido Relatório do Projeto RS 2010 (1997, p. 14):

(...) as mudanças tecnológicas introduzidas, ao longo do tempo, na atividade pecuária, como o cercamento dos campos e a maior subdivisão das áreas de pastoreio, além do crescente uso de bretes e troncos para a contenção dos animais contribuíram para facilitar o manejo dos rebanhos e reduzir o pessoal necessário para o funcionamento das estâncias, diminuindo a capacidade de absorção de mão-de-obra por parte da pecuária.

Nessa linha de argumentação, a elevação da produtividade da pecuária gaúcha geraria o êxodo rural e, portanto, seria a causa mais acabada para explicar a não-formação de um mercado de massas na região e, via de consequência, de uma maior industrialização do pampa. Assim procedendo, o citado documento oficial substitui totalmente as causas políticas pelas “técnicas”, implementado uma leitura assustadoramente despolitizada do processo de desenvolvimento regional e mundial, onde a proximidade do mercado de consumo não é condição que impeça o desenvolvimento industrial.

Essa tese da insuficiência do mercado interno do pampa aparece no trabalho de renomados pesquisadores (SINGER, 1977; PESAVENTO, 1983; 1985; 1985a; 1986; MOURE, 1992) que se empenharam em demonstrar que o processo inicial da industrialização gaúcha ligava-se principalmente aos capitais comerciais acumulados a partir da agropecuária colonial: “*Dinastias econômicas germano-rio-grandenses como Trein, Ritter, Renner, Mentz, Bromberg, Dreher, Sperb, etc., originaram-se em atividades comerciais e instalaram fábricas importantes posteriormente*” (MOURE, 1992, p. 100). Essa visão “etapista” ou “endógena” do processo de industrialização gaúcha (numa espécie de repetição do padrão histórico europeu) destaca a transformação desses capitais comerciais em pequenas indústrias nas cidades da zona colonial e em Porto Alegre, que evoluíram, por sua vez, para médias e grandes indústrias.

É verdade que a historiadora Sandra Pesavento ressalva que a acumulação de capital comercial ocorreu também na “metade sul” do estado, mais exatamente em Rio Grande e Pelotas, mas não sem frisar que provavelmente em escala mais modesta, exatamente porque restrita às casas de importação e exportação que reuniam subprodutos da pecuária (couro, sebo, lã, chifres e charque).

Quem duvidaria dessa correlação quando a própria diferenciação dos índices de evolução econômica entre zona colonial e “metade sul” “aponta” em favor dos interpretes da industrialização gaúcha a partir de capitais comerciais coloniais e auto-investimento das indústrias? A questão é que essa tese para se manter necessita operar uma reconstrução da história regional de modo a ressaltar a importância dos capitais comerciais coloniais e apagar o papel dos capitais acumulados no pampa gaúcho.

Esse reconstruir da história regional apresenta limites evidentes, inclusive diante de meros relatos de diversos viajantes que se dirigiram a Pelotas no transcurso do século XIX, que permitem perceber a magnitude da movimentação de riqueza por parte da economia charqueadora local, manifestada principalmente no número de casas comerciais existentes na cidade, sendo que apenas uma pequena fração desses estabelecimentos comerciais era dirigida por elementos étnicos alemães a serviço de matrizes de Porto Alegre (MAGALHÃES, 1993).

Assim, não resta outro caminho senão “encontrar” no suposto caráter perdulário (não-produtivo) dos “aristocráticos” latifundiários gaúchos (PESAVENTO, 1985; MARTINS, 2004) as causas da industrialização pampeana se restringir inicialmente à atividade charqueadora. Esse consumo improdutivo das elites campeiras seria “comprovado” pela radiografia dos investimentos imobiliários (especulativos) realizados nas cidades de Rio Grande e Pelotas, tema fartamente explorado por monografias acadêmicas. Contudo, curiosamente, raramente é lembrada como decisiva para uma não-industrialização do “norte” do estado a estrutura de consumo familiar dos pequenos proprietários familiares rurais, onde certamente o consumo para a subsistência representava uma fração bem maior da renda familiar...

Mas diversos outros elementos não se “encaixam” nessa visão distorcida acerca dos investimentos da elite pampeana gaúcha. Assim, nas décadas de 1870 e 80, a cidade de Pelotas já recebia importantes investimentos em infra-estrutura, como a dragagem do Canal de São Gonçalo (viabilizando a exportação de charque diretamente para os Estados Unidos) e a implantação dos serviços de gás encanado e de bondes (MAGALHÃES, 1993). Nesse momento, os investimentos industriais locais ainda estavam restritos aos subprodutos do couro (curtumes, fábricas de sabão e velas), mas as

transações bancárias já destacavam Pelotas como importante praça financeira.

Situação similar ocorria na cidade de Rio Grande, onde o banco inglês London & Brazilian Bank inaugura filial em 1863, centralizando seus negócios na exportação de subprodutos da pecuária e no financiamento de obras públicas. O Banco do Brasil, ainda uma instituição privada pertencente ao Barão de Mauá (1851), seguia o mesmo caminho.

Ao longo do século XIX, as caixas de depósito também tiveram importante papel nas principais cidades da rede urbana do pampa gaúcho, captando recursos de pequenos investidores locais e, geralmente, associando-se a estabelecimentos bancários nacionais e estrangeiros. O economista Eugenio Lagemann (1984) nos fornece preciosa lista dessas casas bancárias, cujos recursos eram aplicados nas atividades charqueadoras, na exportação de subprodutos da pecuária e na prestação de serviços urbanos: Francisco Nunes de Souza (em Pelotas); Mourgues & Castro (em Bagé); Barbara e Filhos (em Uruguaiana); Emilio Guilayn (em Bagé); dentre outras.

Esse importante aporte de instituições bancárias de fora do estado e a emergência de instituições financeiras locais no pampa gaúcho traduziam a intensa formação de capitais a partir do “complexo pecuarista”. Foi essa estruturação financeira reunindo capitais dos pecuaristas e de investidores externos que fez decolar o empreendimento charqueador por toda a área entre os rios Pelotas e São Gonçalo, locus privilegiado para a atividade em razão da facilidade de conexão com o porto de Rio Grande (PRADO JÚNIOR, 1945).

Esse círculo virtuoso acabaria afetado pela concorrência dos frigoríficos platinos (carne fresca), levando à queda da taxa de lucro da atividade charqueadora gaúcha e interrompendo a continuidade dos investimentos nesse segmento industrial pampeano. Mas esse fato não aponta para a baixa capitalização das elites campeiras pampeanas, salienta sim que a centralização de capitais exigida para a implantação de frigoríficos no pampa gaúcho envolvia riscos ainda elevados para as instituições financeiras privadas que operavam na região.

As elites pampeanas perceberam então que a nova realidade do mercado de carnes exigia um forte estímulo estatal (ANTONACCI, 1981). A própria ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao poder repercutia essa desvalorização econômica da pecuária e política da classe dos pecuaristas. A presidência de honra da poderosa entidade classista Centro Econômico do Rio Grande do Sul, fundado em 1904, e que abrigava grandes industriais como Alberto Bins, Johann Gerdau, Adolpho Voigt, além de comerciantes e gerentes de bancos estrangeiros, foi delegada justamente a Borges de Medeiros (sucessor de Júlio de Castilhos na presidência do PRR e do

governo do estado). Seu governo, buscando arrefecer os ânimos da oposição reunida no Partido Liberal e evitar uma nova “Revolução Federalista”, ampara então o projeto pampeano de um frigorífico nacional⁸ e facilita a entrada de capitais estrangeiros para esse fim:

Em 1915, Borges ofereceu uma série de vantagens tributárias a companhias frigoríficas estrangeiras. O principal atrativo era uma isenção de 30 anos de impostos estaduais, uma isenção também aplicada no abate de animais e para carne enlatada e congelada exportada (LOVE, 1977, p. 190).

Nessa nova parceria público-privada, os capitais externos que já bancavam a instalação de grandes frigoríficos por todo o Pampa Sul-Americano incluíram em seus planos também a “metade sul” gaúcha (LAGEMANN, 1992):

No final da 1ª Guerra ocorre o afluxo de novos bancos estrangeiros, sendo dois de origem inglesa - British Bank of South América e o Bank of London & South América - e um de capital americano - National City Bank of New York. Sua instalação relaciona-se à penetração do capital internacional na frigorificação da carne e aponta regionalmente, para a reversão do predomínio inglês para o americano, ao nível de economia mundial (LAGEMANN, 1984, p. 105).

Em 1917 e 1918, os grupos frigoríficos ingleses Armour e Anglo instalam plantas industriais em Santana do Livramento, e o norte-americano Swift opta pela cidade de Rio Grande, momento em que também tem início o processo local de favelização junto ao cais do porto (MARTINS, 2004).

Sucesso alcançado em sua barganha, os pecuaristas prosseguem exigindo agora do governo gaúcho a ampliação das linhas de crédito e a extinção do imposto sobre a propriedade rural (instituído em 1904 por Júlio de Castilhos). Imposto que chegou a representar uma das mais importantes fontes de renda governamental (LOVE, 1977). A “Revolução de 1923” representa justamente essa tentativa de pressionar o governo estadual no atendimento das exigências econômicas e políticas (eleições para tirar o PRR do poder) de segmentos da elite campeira⁹.

Portanto, o argumento da falta de capitais no pampa gaúcho parece infundado, pois antes havia uma questão política de alocação desses recursos (fundos públicos) ou simplesmente de imposição da lógica de mercado (para os capitais “locais” privados). Assim, a saída política encontrada pelo governo gaúcho para baratear os juros para o financiamento da atividade pecuarista

⁸Trata-se do frigorífico da União dos Criadores, implantado com capitais locais: “Tendo iniciado suas atividades em junho de 1920, em plena depressão do pós-guerra, o frigorífico dos gaúchos não conseguiu operar em larga escala, sendo vendido ao grupo inglês Vestey Brothers no início do ano de 1921” (PESAVENTO, 1979, p. 218).

⁹Embora a “era das revoluções” pampeanas tenha acabado, passados 85 anos desse último conflito, curiosamente os pecuaristas locais continuam mobilizados contra a cobrança do Imposto Territorial Rural. Paradoxalmente, um governo federal com origens na esquerda cogita nesse momento justamente transferi-lo para a esfera municipal. Exatamente tudo que os pecuaristas desejavam, pois os poderes municipais locais são mais suscetíveis às influências políticas dos tradicionais grupos de poder.

foi criar o Banco do Rio Grande do Sul, em 1928, que acabaria assumindo as funções de crédito rural e hipotecário, conforme reivindicações de segmentos da própria elite campeira, em especial através da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (LAGEMANN, 1984).

O Quadro 1 indica que as instituições bancárias privadas surgem no estado a partir da segunda metade do século XIX, mas principalmente quando a partir de 1910 os bancos obtêm autorização do poder central para a captação de depósitos individuais (os chamados depósitos populares). A maioria dos bancos gaúchos passa, então, a abrir agências nos principais centros urbanos do estado, tais como Rio Grande e Pelotas.

Nome do Banco	Local da sede	Ano de fundação
Banco da Província do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1858
Banco do Comércio de Porto Alegre (Banco Nacional do Comércio)	Porto Alegre	1895
Banco Pelotense	Pelotas	1906
Banco Porto-Alegrense	Porto Alegre	1905
Banco de Crédito Territorial Sul-Brasileiro	Porto Alegre	-
Banco Comercial Franco-Brasileiro	Porto Alegre	1913
Banco Popular do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1919
Banco Pfeiffer	Porto Alegre	1919
Banco do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1928

Quadro 2: Bancos sediados no RS durante a República Velha - 1889/1930.

Fonte: LAGEMANN, E. A experiência de um banco gaúcho: o banco pelotense (1906-1931). Dissertação de Mestrado. CPGE - IEPE/UFRGS

O maior dos bancos privados gaúchos durante a República Velha tinha sede justamente em Pelotas - o Banco Pelotense (1906-1931) -, e surge por iniciativa de pecuaristas e charqueadores da região e de comerciantes de Porto Alegre. Em 1911, chegou a representar cerca de 20% do patrimônio líquido dos bancos gaúchos.

O volume de depósitos nas agências do Banco Pelotense das zonas colonial e da capital era muito superior ao dos investimentos (empréstimos) nas mesmas áreas, ainda que o banco estivesse solidamente representado no setor vitivinícola e fumageiro gaúcho. Na “metade sul” do estado, padrão

similar da relação depósitos/investimentos se verificava nas agências de Bagé, Dom Pedrito, Itaqui, Pelotas, Quaraí e São Francisco de Assis, mas nas agências de Alegrete, Santana do Livramento, Rosário do Sul, Rio Grande, Santiago e São Gabriel o volume de investimentos superava em 219% aos depósitos (LAGEMANN, 1984).

Ainda que os dados estejam disponíveis apenas para 1930-31, naquele biênio os investimentos do Banco Pelotense na região do pampa gaúcho foram apenas 6% menores que a captação de depósitos na mesma área, enquanto que as agências de fora do estado foram responsáveis por 50 a 54% do total de investimentos do banco, ainda que representassem apenas 16% dos depósitos (Ver Tabela 2). O direcionamento de fluxos financeiros do Banco Pelotense para a realização de lucros principalmente no setor cafeeiro mineiro e no madeireiro paranaense é comprovado pela movimentação das agências do Rio de Janeiro, Curitiba e Ponta Grossa (LAGEMANN, 1984).

Área Geográfica	Aplicações (em %)	Depósitos (em %)
Região da Pecuária	35	41
Região Colonial	11 - 15	43
Fora do estado	50 - 54	16

Quadro 3: Distribuição espacial das aplicações (1930-31) e dos depósitos (1931) do Banco Pelotense.

Fonte: LAGEMANN, Op. cit.

A configuração territorial da malha bancária e os investimentos realizados no pampa gaúcho durante a República Velha apontam que não havia carência de capital na região, e sim que a maior mobilidade desses capitais já anunciava sua crescente libertação de constrangimentos regionais em nome de melhores oportunidades para a ampliação dos lucros bancários ainda que fora dos limites pampeanos.

Quando havia oportunidades de lucro no próprio pampa gaúcho¹⁰, o Banco Pelotense também estava presente, financiando operações dos pecuaristas gaúchos mediante hipoteca de terras e gado, adquirindo participação na Companhia Frigorífica Rio Grande e intermediando a captação de recursos internacionais para a encampação da *Cie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil* pelo governo estadual. Por essa intermediação solicitada pelo governo de Borges de Medeiros, o Banco Pelotense obteve a contrapartida de receitas do Estado, da via férrea e do porto de Rio Grande.

¹⁰A demanda regional por combustível era suprida a partir do processamento de petróleo cru, procedente da Argentina, na Destilaria Rio-grandense, em Uruguaiana. Demonstrada a existência de mercado e lucro, pecuaristas pampeanos e investidores platinos inauguram a Refinaria de Petróleo Ipiranga em 1937, na cidade de Rio Grande (PESAVENTO, 1985). A nova planta industrial demonstrou que quando oportunidades de lucro existissem na própria região o “desenvolvimentismo” regional poderia afinal ser estimulado.

Com essa disponibilidade de crédito, por que então os frigoríficos do pampa gaúcho também passaram logo a enfrentar crescentes dificuldades? A concorrência intercapitalista é novamente a resposta mais evidente, já que a possibilidade de maiores taxas de lucro pela redução dos custos de produção (transportes) de carnes somente era possível pelo novo padrão espacial dos investimentos no setor frigorífico na Região Sudeste do país (MAMIGONIAN, 1976). A partir da década de 1950, as plantas frigoríficas gaúchas dos grupos estrangeiros Swift, Armour e Wilson passaram a sofrer a concorrência de frigoríficos instalados no interior paulista, Minas Gerais, Mato Grosso e norte paranaense, e cujos empreendimentos também foram possíveis mediante a ampla oferta de crédito do governo federal e dos respectivos governos estaduais.

Outra prova da falência da tese da carência de capitais no pampa gaúcho é a existência de importantes plantas industriais em setores não ligados ao complexo pecuarista nas cidades portuárias de Pelotas e Rio Grande, ainda que mais distantes das regiões pampeanas mais interiorizadas. Tratavam-se também de grandes unidades industriais e cuja escala de produção era determinada pela acirrada concorrência nacional (SINGER, 1977). Nessa perspectiva, o processo de industrialização gaúcho, e em particular do pampa, aponta para um padrão muito mais difuso do que a visão “etapista” faz transparecer:

Em 1874, em Rio Grande, com Carlos Guilherme Vater, imigrante alemão, e Rheingantz, filho do fundador e organizador da colonização alemã em São Lourenço, teve início realmente a industrialização no Rio Grande do Sul. Eles fundaram a “União Fabril”, cuja maior parte do capital investido pertencia ao segundo. Pelotas, a partir de 1881, foi escolhida por Rheingantz para fundar uma fábrica de chapéus. Em 1884, ele desfaz a sociedade com Vater da “União Fabril”, amplia o capital de 90 para 600 contos de réis e, dois anos após, possuía três fábricas em Rio Grande (uma de tecido de lã, outra de algodão e a última de aniagem) (...). (MOURE, 1992, p. 103).

No caso dos empreendimentos industriais que já nasciam com larga escala de produção, não há como desconsiderar que a elevada expectativa de lucro possibilitava a obtenção de recursos financeiros de grande monta junto ao setor bancário. É nesse contexto que o capital a juros viabiliza as grandes plantas industriais da “metade sul” gaúcha, o que permite que, por algum tempo, possam competir em igualdade de condições por fatias do mercado consumidor nacional e internacional.

Mas ao final da República Velha também a indústria têxtil gaúcha, um dos principais ramos industriais da cidade de Rio Grande, mergulhava em grave crise, enfrentando dificuldades diante da acirrada concorrência nacional (REICHEL, 1979). Com efeito, se em 1907 São Paulo detinha 17% da produção industrial brasileira, essa participação evoluiu em 1929 para 37,5%,

mesmo em plena “crise do café”. Até mesmo na produção de gêneros agropecuários, os indicadores paulistas passam a despontar, com o charque atingindo o equivalente à metade da produção gaúcha na década de 1930 (CANO, 1985). E, com a implantação da indústria automobilística a partir da década de 1950, a concentração econômica em São Paulo se amplia ainda mais (CANO, 1975; 1985; COSTA, 1988).

É por essa época que ganha enorme destaque no meio político e na mídia gaúcha a obra *Rio Grande do Sul: um novo Nordeste* (1960), de Franklin de Oliveira, denunciando o agravamento da crise econômica regional diante do “centro” do país. Para o jornalista gaúcho, a “crise gaúcha” se inicia com o governo de Juscelino Kubitschek e sua opção pelo gigantismo industrial, que solapara a base de pequenas e médias empresas da industrialização gaúcha (numa clara menção à estrutura industrial da zona colonial e da capital). Em contrapartida, começa a se formar um consenso no meio empresarial e político gaúcho da necessidade de políticas industriais descentralizadas (evidentemente com o uso de fundos públicos), e que acabaria redundando na criação do BRDE. Uma história que a partir daí todos já conhecemos, pois repetia a velha ladainha das elites pampeanas quanto das anteriores crise da atividade charqueadora e dos frigoríficos locais.

Considerações Finais

A simples permanência de formas tradicionais de criação de gado não indica um atraso ou arcaísmo do sistema produtivo do pampa gaúcho, ao contrário do que querem fazer crer suas elites regionais interessadas no uso privilegiado de fundos públicos para gerar ganhos na pecuária e na reconversão econômica pela produção agrícola direta ou pela extração da renda da terra (caso do arrendamento). A ativação da produção regional (gado, arroz ou florestas) não passa de mera externalidade para o processo de geração de valor acrescido para as elites proprietárias de terras do pampa gaúcho.

Por sua vez, o maior problema das políticas públicas de desenvolvimento para o pampa gaúcho resulta da concentração dos “novos” investimentos em atividades econômicas que direta ou indiretamente preservam essa perversa estrutura fundiária regional e mantêm a exclusão social em níveis dramáticos para os padrões sulistas.

E na medida em que as atuais políticas de desenvolvimentismo regional partem do falso diagnóstico de que os problemas pampeanos são gerados pelo mercado ou pela ausência do Estado, acabam por isentar os grandes proprietários campeiros de sua responsabilidade histórica, e mais além, ainda retiram um “segundo coelho da cartola” ao afirmarem a

necessidade da continuidade do perverso processo de transferência de fundos públicos para esses mesmos atores sociais.

Para tornar o quadro mais complexo, hoje, a elite pampeana não se restringe aos proprietários de terras, ainda que o monopólio destas ainda permaneça como condição essencial para a extração da renda da terra e dê acesso ao **monopólio do crédito público e privado**. Nas condições de monopólio da terra e do crédito, a elite campeira pode até mesmo aceitar tranqüilamente a “crítica” de conservadorismo e atraso, pois sua própria “reinvenção” estaria justificada mediante mais crédito público e privado. Mas o quê de atrasada pode ser uma elite que historicamente tem alcançando a construção da legitimidade de suas bandeiras classistas e a apropriação privada dos fundos públicos?!

Referências Bibliográficas

- ABLAS, L. A. Q. **Intercâmbio desigual e subdesenvolvimento regional no Brasil**. São Paulo: Pioneira/FIPE, 1985.
- AMADO, A. Moeda, sistema financeiro e trajetória de desenvolvimento regional desigual. In: LIMA, G.T. et al (orgs.). **Macroeconomia moderna Keynes e a economia contemporânea**. São Paulo: Campus, 1999.
- ANDRADE, M. C. de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.
- ANTONACCI, M. A. **RS: as oposições e a revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- AREND, M. & CARIO, S. A. F. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.26, Número Especial, maio 2005, pp. 63-94.
- ARROYO, M. Uma geografia do comércio exterior brasileiro a partir do território. In: **Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE**, Florianópolis, 2003, pp.184-193.
- AUED, I. M. Marxismo e Geografia. In: ALBA, R. S. et alii. **O ensino da Geografia no novo milênio**. Chapecó: Argos, 2002. pp.13-58.
- BECKER, B. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília, Rio de Janeiro: UnB, UFRJ, 1990.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BREITBACH, A. C. de M. A dimensão espacial nos estudos de economia regional, no Brasil: temas e interrogações recentes. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, nº 1, abr.2004, pp.171-202.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. Rio de Janeiro: Global Editora, 1985.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp, Campinas, 1975.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravista do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, I. E. de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1992.

CORAZZA, G. **Sistema financeiro (e desenvolvimento) do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE/RS, 2001.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto; Editora da USP, 1988.

FAORO, R. **Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FIGUEIRA, P. A. & MENDES, M.M.C. Estudo preliminar. In: BENCI, J.S.I. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (Livro brasileiro de 1700)**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1963 (1959).

GOLIN, T. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, nº 15, jun.1997, pp. 41-95.

HAESBAERT, R. **RS latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LAGEMANN, E. **A experiência de um banco gaúcho: o banco pelotense (1906-1931)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1984.

LAVINAS, L. & MAGINA, M. A. O Brasil e as desigualdades regionais - os debates na revisão constitucional. In: **Ciência Hoje**, SBPC, mar. 1995, pp.30-43.

- LIPIETZ, A. **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOVE, J. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora Ufpel; Livraria Mundial, 1993.
- MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central agropecuário. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n° 51, AGB, São Paulo, junho 1976, pp. 7-14.
- MARTINS, S. F. **A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização: o caso do município do Rio Grande - RS**. Tese de Doutorado. UFSC, Florianópolis, 2004.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (1844).
- _____. **O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Economistas, 1982 (1862).
- MORAES, A. C. R. O sertão: um "outro" geográfico. In: **Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, n° 4-5, 2002-2003, pp.11-26.
- MOURE, T. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, A. M.; DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- OLIVEIRA, A. U. de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1991.
- OLIVEIRA, F. de . **Eligia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- OLIVEN, R.G. o Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. In: PPG Antropologia Social/UFRGS, Porto Alegre, n° 11, jul. 1988.
- PESAVENTO, S. J. **Agroindústria colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- _____. **Republica Velha gaúcha: Estado autoritário e economia**. In DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- _____. **História da Indústria Sul-Rio-Grandense**. Porto Alegre: Riocell, 1985.
- _____. Rio Grande do Sul, 1890-1930: a idéia da indústria. In: **Análise Econômica**, Ano 4, n° 7. Porto Alegre: FCH/UFRGS, nov. 1986, pp. 3-20.
- _____. **Pecuária e industria**. Porto Alegre: Movimento, 1985a.
- PRADO JUNIOR, C. **Historia econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981(1945).

PROJETO RS 2010. Núcleo Desequilíbrios Regionais. Secretaria de Coordenação e Planejamento do RS; Fundação de Economia e Estatística do RS. Porto Alegre, jun. 1997.

REICHEL, H.J. A industrialização no Rio Grande do Sul na Republica Velha. In DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

RÜCKERT, A. A. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense - 1930/1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997(1994).

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999 (1996).

SIMON, P. **Inclusão da Metade Sul e Previdência para os pobres**. Brasília: Senado Federal, 2004.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Deserto Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, v.30, nº 2, 1996, pp.5-43.

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia do sul do Brasil. In: **Capítulos de geografia erna e tropical**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, pp.225-277.